

# **Estatuetas Pilares Judaítas (EPJs) e Migração do Reino do Norte para Jerusalém: Evidências Arqueológicas e Significados nos Mitos Deuteronomistas**

## ***Judean Pillar Figurines (JPFs) and Migration from the Northern Kingdom to Jerusalem: Archaeological Evidence and Meanings in Deuteronomistic Myths***

Sérgio Aguiar Montalvão<sup>1</sup>

### **Resumo**

Este artigo analisa as Estatuetas Pilares Judaítas (EPJs) no contexto da queda do Reino de Israel e da migração de sua população para Jerusalém, com ênfase na Cidade de Davi. A pesquisa investiga a produção e circulação das EPJs, no estudo de seu significado nos mitos da Reforma Deuteronomista e sua relação com a construção do discurso histórico. Com base em evidências arqueológicas da Idade do Ferro, especialmente a queda de Israel pelos neoassírios (c. 723 AEC), o estudo destaca o comércio das EPJs destinado aos migrantes nortistas, por interpretá-lo como materialidade de interação cultural entre norte e sul. Conclui-se que os dados arqueológicos oferecem uma representação mais próxima da realidade histórica do que as narrativas textuais tardias, que visavam legitimar um discurso ideológico sobre o povo.

**Palavras-chave:** Estatuetas Pilares Judaítas; Reino do Norte; Jerusalém; Reforma Deuteronomista; Migração Israelita.

### **Abstract**

This article examines the Judean Pillar Figurines (JPFs) in the context of the fall of the Kingdom of Israel and the migration of its people to Jerusalem. It explores the significance of the JPFs in the Deuteronomistic reform myths and their role in shaping historical discourse. Focusing on the Iron Age, particularly the fall of Israel to the Neo-Assyrians (c. 723 BCE), the study highlights the migration to Judah, especially the production and sale of JPFs in Jerusalem to people from the northern kingdom. This trade is interpreted as material evidence of the unification of the northern and southern kingdoms under the crown of Judah, which later inspired Late Deuteronomism. The article argues that material evidence offers a more accurate representation of events, in contrast to later narratives that aimed to legitimize a discourse about the people rather than present historical facts.

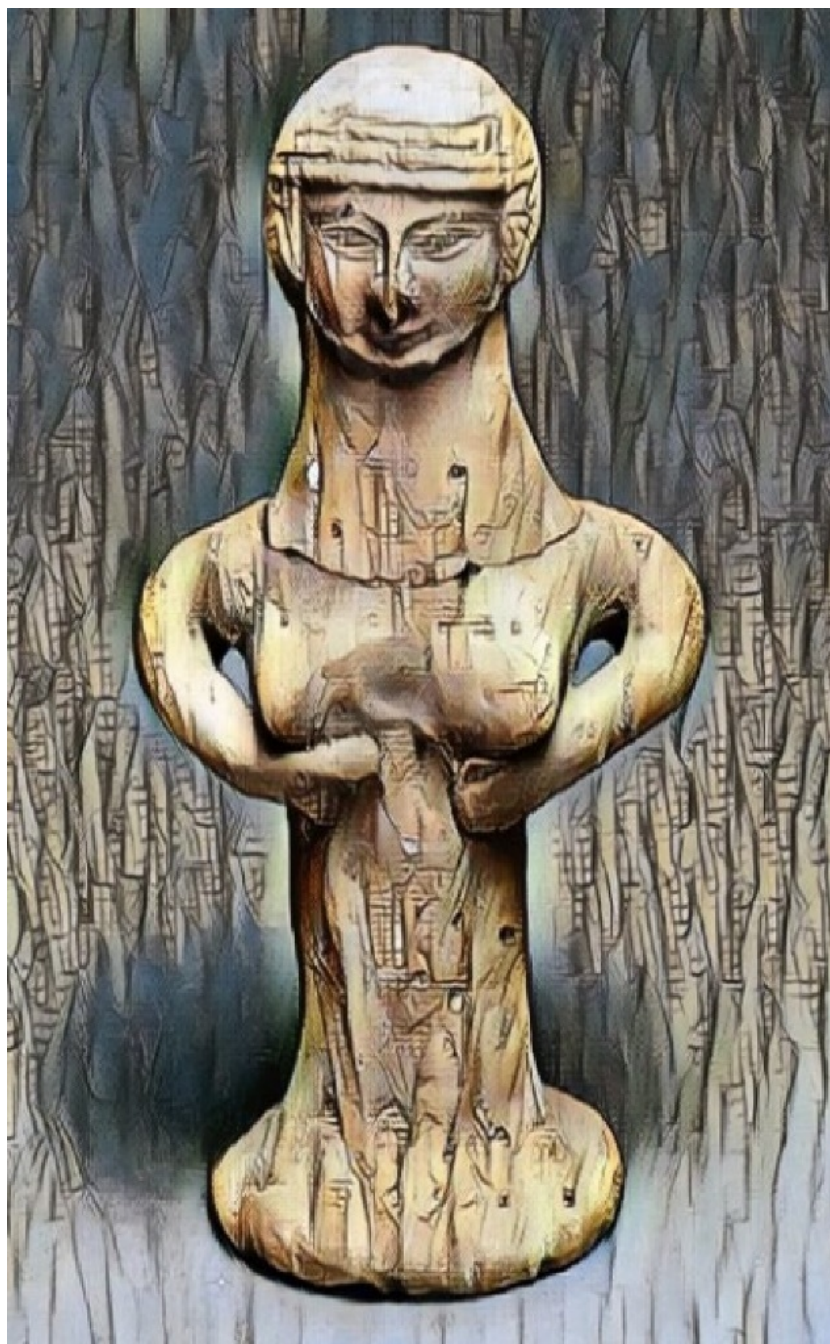
**Keywords:** Northern Kingdom. Jerusalem. Pillar Figurines of Judah. Late Deuteronomism. Israelite Migration.

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais. Doutor em Ciência da Religião. Pós-Doutorado Concluído em Arqueologia de Israel Antigo na Idade do Ferro IIC. Pós-Doutorado em Andamento em Arqueologia do Israel Antigo em Numismática nos Períodos Selêucida e Romano. Mestre em Letras. Especialista em Fisiologia do Exercício. Advogado Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil. Bacharel em Direito. Bacharel em Teologia. Bacharel e Licenciaturado em Educação Física. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4697-1059>

## Introdução

**Figura 1.** Representação da imagem da Estatueta Pilar Judaita (EPJ), encontrada em Tell Lachish, em Israel (moderna Tell Tell Ed-Duweir) e datada do século VIII-VII AEC (Idade do Ferro IIB). A estatueta é de cerâmica, com 7-1/8" (18,1 cm) de altura e 3-3/8" (8,6 cm) de largura. Imagem editada digitalmente no estilo "lápis de desenho" a utilizar a plataforma Fotor, a preservar características arqueológicas essenciais para análise crítica. Os originais não podem ser disponibilizados nesta submissão devido a restrições de direitos autorais.

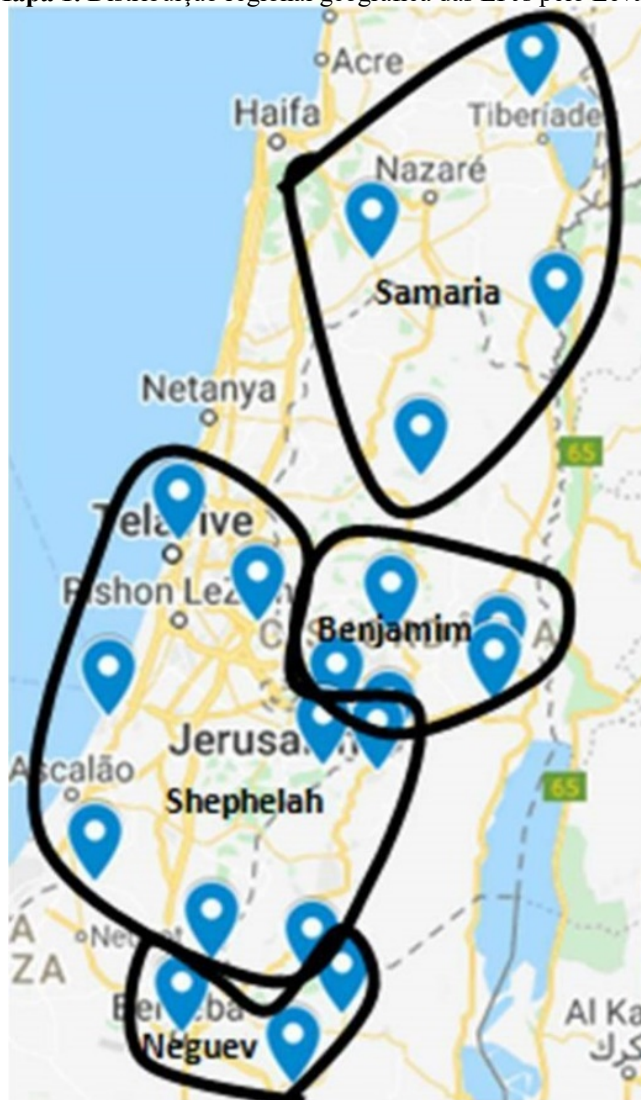


Direitos autorais da imagem original pertencem ao Metropolitan Museum of Art. Disponível em: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/323163>

**Estatuetas Pilares Judaítas (EPJs) e  
Migração do Reino do Norte para Jerusalém:  
Evidências Arqueológicas e Significados nos Mitos Deuteronomistas**

O estudo insere-se no contexto da queda do Reino do Norte (Israel ou Samaria) e da subsequente migração de sua população para Jerusalém<sup>2</sup> na configuração do Levante Sul conforme o Mapa 1. Esse movimento impulsiona a produção das EPJs pelos judaítas de Jerusalém, que as vendem para os nortistas recém-chegados em c. 723 AEC.

**Mapa 1.** Distribuição regional geográfica das EPJs pelo Levante.



**Fonte:** Google Maps. Mapa adaptado por Montalvão (2021) conforme os dados de Kletter (1996). Acessado em: 06 nov. 2019.

<sup>2</sup> Jerusalém está localizada geograficamente na região de Benjamim, no território historicamente associado a Israel e Judá.

O artigo também explora o significado dessas estatuetas nos mitos da Reforma Deuteronomista<sup>3</sup> e analisa sua função na construção do discurso deuteronomista, especialmente a considerar as EPJs vendidas aos nortistas, particularmente na Cidade de Davi<sup>4</sup>, local em que se concentra a maior quantidade dessas estatuetas. Este movimento, surgido tardiamente durante e após o exílio (c. 586–333 AEC<sup>5</sup>), ocorreu entre 137 e 390 anos após a migração.

A prova material da união entre nortistas e Judá aparece na venda das EPJs. A Reforma Deuteronomista do rei Josias, datada por hipótese por volta de 622 AEC, e a referência à sua "Casa de Davi" na Estela de Tel Dã (c. 840 AEC) são consideradas mitos fundantes e obras literárias deuteronomistas. O rei Josias não aparece em fontes extrabíblicas, e não há registros extrabíblicos que atestem Davi como rei em contatos internacionais, por Davi ser um ancestral epônimo da família dominante de Judá. As evidências materiais contrariam a narrativa deuteronomista presente no relato bíblico.

O artigo analisa a origem do Reino do Norte (Israel) e do Reino do Sul (Judá) com base em achados arqueológicos. Entre c. 879–853 AEC, Israel apresenta maior poder, e Judá funciona como seu vassalo até a queda de Israel em c. 723 AEC., a ponto de ser reconhecido como reino internacional cerca de dez anos antes, em c. 733 AEC., conforme o Tablete de Nimrud<sup>6</sup>. O domínio neoassírio no Levante (c. 911–609 AEC.) afeta Israel, que atua como vassalo do Império Neoassírio. O rei Oséias alinha-se com o faraó Osorkon IV do Egito, após ser deposto por Salmanaser V em c. 727 AEC., e Israel é sitiado até sua queda em c. 723 AEC.

A queda de Israel provoca migração para Judá, especialmente Jerusalém e a Cidade de Davi, por coincidir com o aumento da produção das EPJs, e refletir a integração dos nortistas recém-chegados.

Nos debates sobre o significado das EPJs, elas foram associadas à deusa Asherah por interpretações processualistas, que presumiam que figuras humanizadas representavam

---

<sup>3</sup> Derivado do livro de Deuterônômio, cujo nome significa "segunda lei" (do grego *deutero* – "segunda" e *nomos* – "lei").

<sup>4</sup> A Cidade de Davi, atualmente situada no sub-bairro de Wadi Hilwa, no bairro de Silwan, a leste de Jerusalém.

<sup>5</sup> Antes da Era Comum (AEC), uma terminologia amplamente utilizada em contextos acadêmicos para evitar referências confessionais como "Antes de Cristo" (AC).

<sup>6</sup> O Tablete de Nimrud K-3751 encontra-se atualmente no Museu Britânico, em Londres, Inglaterra.

divindades. No entanto, embora as EPJs estejam associadas a práticas religiosas<sup>7</sup>, a evidência arqueológica não sustenta qualquer ligação direta com a deusa Asherah; o pós-processualismo, com autores como Peter Ucko e Raz Kletter<sup>8</sup>, rejeita tais inferências simplistas e analisa as EPJs sob uma perspectiva mais ampla e crítica, que trata a associação com Asherah como interpretação, e não como fato material.

Também é abordada a contextualização das EPJs, exclusivas de Judá e associadas a ritos de cura, exorcismo e práticas apotropaicas<sup>9</sup>. Seu estilo mantém laços iconográficos com tradições levantinas anteriores e emerge em período de produção estatutuária regional padronizada<sup>10</sup> na sua predominância em contextos domésticos e quase ausentes de espaços oficiais. Durante esse período, Judá interage com o império neoassírio, a ponto de manter relativa liberdade para a produção das EPJs.

Na Cidade de Davi, local em que se concentra a maior quantidade de EPJs, encontra-se cerca de 38% do total, aproximadamente 322 unidades, conforme Raz Kletter (1996). A migração norte impulsiona a demanda pelas EPJs, em contribuição de sua disseminação e relevância cultural.

A ausência de evidências extrabíblicas sobre Josias e os eventos de 2º Reis 22–23 revela que tais narrativas funcionam como mitos fundantes deuteronomistas. Sem registros concretos, Josias e Davi são construções literárias usadas para legitimar o discurso político e religioso dos deuteronomistas (c. 586–333 AEC.), desenvolvidas significativamente após a migração de 723 AEC.

---

<sup>7</sup> Dada a sua associação a práticas religiosas, as Estatuetas Pilares Judaítas são estudadas sob rigor arqueológico, dentro dos protocolos de levantamento, registro estratigráfico e análise material, e não pela perspectiva da Ciência da Religião. Tal abordagem é tão legítima quanto a análise de templos ou artefatos em outras regiões da Antiguidade, na absoluta clareza de que o vínculo religioso não transfere a competência para outra disciplina

<sup>8</sup> KLETTER, Raz. *The Judean Pillar Figurines and The Archaeology of Asherah*. British Archaeological Reports International Series 636. Oxford: Tempus Reparatum, 1996. Estudo arqueológico de referência sobre as estatuetas pilar judaítas, resultado de sua tese de doutorado.

<sup>9</sup> Conjunto de ritos, símbolos, deuses e mitos destinados a afastar a desgraça, a doença ou outros tipos de malefício.

<sup>10</sup> Ritos associados ao uso e significado das estatuetas.

## Origem do Reino do Norte (Israel) e do Reino do Sul (Judá) segundo os achados arqueológicos

Pesquisas recentes indicam que a origem dos reinos de Israel e Judá não ocorreu conforme descrito em 1º Reis 12, cuja narrativa tem caráter legitimador, criada pela fonte deuteronomista. Essa versão sugere que ambos os reinos teriam se originado de uma unidade anterior, perspectiva historicamente insustentável. A composição da fonte deuteronomista é datada de um período tardio, entre c. 137 e 390 anos após a migração de nortistas para Judá, movimento populacional motivado pela destruição de Israel pelos neoassírios em c. 723 AEC. Esse deslocamento, especialmente para Jerusalém e a Cidade de Davi, provavelmente inspirou a criação dessas narrativas. Evidências arqueológicas indicam que Israel era o reino predominante, enquanto Judá ocupava inicialmente posição de vassalagem, por adquirir respeito internacional somente durante o domínio neoassírio, conforme será detalhado adiante.

O conhecimento sobre Israel na Antiguidade, utilizado como base para o desenvolvimento do raciocínio histórico, apoia-se em três conjuntos de registros materiais:

1. Idade do Bronze Tardia II B (c. 1300–1133 AEC):
  - Estela do Faraó Mernemtah (c. 1207 AEC): primeiro registro extrabíblico de Israel, que não o menciona como reino, mas como uma entidade populacional.
2. Idade do Ferro II B (c. 900–732 AEC):
  - Monólito de Kurkh (c. 879–853 AEC): contém o primeiro registro de Israel como reino reconhecido internacionalmente, citado pelos neoassírios.
  - Estela de Tel Dã (c. 840 AEC): apresenta um registro extrabíblico do rei Acabe, por evidenciar sua relevância histórica.

No contexto da Idade do Ferro II B (c. 900–732 AEC.), destacam-se dois registros significativos sobre Judá:

1. Estela de Tel Dã (c. 840 AEC): menciona, de forma extrabíblica, dois reis de Judá, Jorão e Acazias, identificados como pertencentes à "Casa de Davi". Essa ancestralidade é interpretada como epônima, e não factual, uma vez que não existem

registros extrabíblicos que comprovem a atuação histórica de Davi como rei. Durante esse período, Judá era um reino de alcance regional, sem relevância internacional significativa.

2. Tablete de Nimrud K-3751 (c. 733 AEC): evidencia o momento em que Judá alcançou reconhecimento internacional pelos neoassírios, a ponto de marcar uma transição em sua relevância política.

Entre c. 840 e 733 AEC., Judá permaneceu um reino local e vassalo de Israel, que, como suserano, destacava-se como o reino mais poderoso da região (Kratz<sup>11</sup>, 2018, p. 504<sup>12</sup>). A emancipação política de Judá ocorreu posteriormente, com seu reconhecimento internacional em c. 733 AEC., a ponto de expandir sua fama para além dos limites do Levante.

### **Domínio Neoassírio no Levante**

O início do Império Neoassírio é atribuído à ascensão do rei Adad-Nirari II (c. 912–891 AEC.), cuja administração marcou o renascimento da civilização assíria. Durante seu reinado, ele recuperou territórios anteriormente perdidos, expulsou os arameus da região ao sudeste da Anatólia (atual Turquia<sup>13</sup>) e fortaleceu as fronteiras do império.

A expansão em larga escala ocorreu sob Assurnasirpal II (c. 883–859 AEC.), que consolidou vastas áreas a leste e ao norte de Aram (atual Síria) e avançou até o Mar Mediterrâneo, por obrigar as cidades-estado fenícias na costa do Levante a pagar tributos.

Salmaneser III (c. 859–824 AEC.) deu continuidade a essa política expansionista, por conquistar Bit Adini por volta de 856 AEC. e expulsar os neo-hititas de Carquemis ao norte.

Na tentativa de conter a expansão neoassíria, uma ampla coalizão de reinos e povos uniu-se contra Salmaneser III. Entre os integrantes dessa aliança estavam os reinos arameu,

<sup>11</sup> KRATZ, Reinhard Gregor. Prophetic discourse on “Israel”. In: FARBER, Zev I.; WRIGHT, Jacob L. (eds.). *Archaeology and History of Eighth-Century Judah*. Atlanta, GA: Society of Biblical Literature Press, 2018. p. 503-515. Contextualiza os discursos proféticos a partir de dados arqueológicos do século VIII AEC.

<sup>12</sup> Todas as referências bibliográficas neste artigo incluem autor, ano de publicação e, quando necessário, página, conforme normas da revista.

<sup>13</sup> Em Tur-Abdin, Delta de Khabur, Jazirah, Montanhas Kashiari, Amid (atual Diyarbakir, que possuía jazidas de ferro — fonte do poder neoassírio na Anatólia, em que eram fabricadas armas de ferro e transportadas para a Assíria, que não dispunha de minas de ferro) e Mérida (atual Mardin).

fenício, neo-hitita, os nômades suteanos<sup>14</sup>, tribos locais, além de babilônios, egípcios, elamitas, israelitas e árabes<sup>15</sup>. A coligação enfrentou o exército neoassírio na Batalha de Carcar, mas não conseguiu derrotar Salmaneser III, que nos anos subsequentes reprimiu seus adversários. Ao final de seu reinado, a maior parte do Levante encontrava-se sob domínio direto do Império Neoassírio ou subordinada como estado tributário.

Entre c. 823 e 745 AEC<sup>16</sup>, o Império Neoassírio atravessou um período de crise e instabilidade. Durante o reinado de Shamshi-Adad V (c. 823–811 AEC) e da rainha-mãe Semiramis (ou Samuramate), em conjunto com seu filho Adad-Nirari III (c. 811–806 AEC), a expansão para Aram foi interrompida devido a conflitos internos. A partir de c. 805 AEC, com o início do reinado de Adad-Nirari III sem sua mãe, a expansão assíria foi retomada em várias direções. Em c. 796 AEC, Aram-Damasco foi conquistada, e após sua queda, nunca se recuperou plenamente. Os sucessores Salmaneser IV (c. 783–773 AEC), Ashur-dan III (c. 772–755 AEC) e Ashur-nirari V (c. 754–745 AEC) mantiveram as posses assírias, mas não expandiram o império devido a guerras civis e disputas internas.

Nesse período, o Império Neoassírio estendeu seu domínio sobre algumas das principais regiões do Levante, como Damasco, Tiro e Israel, que passaram a pagar tributos, embora não estivessem plenamente sob controle assírio. Grande parte do Levante Sul permaneceu fora da esfera assíria, e muitas dessas regiões não foram mencionadas nas fontes assírias. A Assíria, neste contexto, não é referida na Bíblia, a qual deve ser considerada uma obra literária e não um registro histórico.

A política expansionista de Tiglate-Pileser III (c. 744–727 AEC) transformou profundamente a dinâmica do Levante, com a implementação de uma expansão agressiva e a repressão rigorosa às rebeliões de reinos locais, como Damasco, Israel e Tiro, que haviam suspenso o pagamento de tributos. Aram-Damasco, um dos reinos mais poderosos da

---

<sup>14</sup> Os suteanos foram povos semíticos que habitaram o Levante e Canaã por volta de 1350 AEC. e se estabeleceram na Babilônia por volta de 1100 AEC.

<sup>15</sup> A primeira menção histórica da palavra “árabe” como povo aparece no Monólito de Kurkh, escrito em língua acádica, que relata a conquista assíria de Aram no século IX AEC. O documento utiliza o termo “árabe” para se referir aos beduínos da Península Arábica liderados pelo rei Gindibu, que integraram uma coalizão oposta à Assíria. Entre os despojos capturados pelo exército do rei neoassírio Salmaneser III na Batalha de Carcar, por volta de 853 AEC., estão 1000 camelos descritos como pertencentes a “Gi-in-di-bu’u o ar-ba-aa” ou “[o homem] Gindibu dos árabes”.

<sup>16</sup> Desde o reinado do rei Shamshi-Adad V (c. 823 – 811 AEC.) até o reinado do rei Ashur-Nirari V (c. 754 – 745 AEC.).

região, já enfraquecido após sua queda em c. 796 AEC sob o reinado de Adad-Nirari III, foi finalmente destruído em c. 732 AEC. O Reino de Israel, que competia com Aram-Damasco pelo domínio regional, também perdeu sua independência política e territorial frente à Assíria.

Após essa expansão, o Império Neoassírio reorganizou seus domínios, por transformar grande parte de seus antigos territórios em províncias e a ponto de manter os reinos vassalos obrigados a pagar tributos. Durante cerca de uma década (c. 733–723 AEC), Israel<sup>17</sup> manteve um período de semi-independência, e não se tornou uma “*Mat Assur*”<sup>18</sup> diretamente incorporada ao império, mas sob a permanência do controle indireto, com obrigação de tributos ao Império Neoassírio.

Apesar da subordinação nominal de Damasco e do pagamento de tributos aos neoassírios, o reino continuava a limitar a interação direta da Assíria com o Levante Sul. Após o cerco e a conquista definitiva de Damasco, o Império Neoassírio expandiu-se para o sudoeste, a ponto de devastar o reino de Israel. Restou apenas a capital e seu entorno imediato, enquanto grande parte do território foi anexada ao império. Embora não se saiba se todos os reinos locais pagavam tributos, uma porção significativa do Levante Sul passou a estar efetivamente sob controle assírio. As regiões incorporadas situavam-se mais próximas dos centros de poder da Assíria, em contraste com períodos anteriores, quando Israel, mais distante do núcleo administrativo, mantinha uma subordinação menos direta. Em apenas três anos, todo o Levante Sul passou a estar em contato mais estreito com o poderio assírio.

Embora a conquista do Levante por Tiglate-Pileser III tenha sido um marco fundamental para a expansão do império, Sargão II consolidou o domínio assírio por meio de uma campanha contínua, que conquistou e pacificou diversas regiões, por incorporar o Levante Sul às fronteiras assírias (Faust<sup>19</sup>, 2021, p. 71<sup>20</sup>). Posteriormente, embora grande parte do reinado de Senaqueribe (c. 705–681 AEC.) tenha seguido uma política diferente, no

<sup>17</sup> Também conhecida como Samaria, atualmente localizada na Cisjordânia e no centro do Levante Sul.

<sup>18</sup> “*Mat Assur*” refere-se a um território anexado diretamente ao Império Neoassírio, sob controle administrativo completo e sem autonomia local. O termo literalmente significa “País da cidade do deus Assur”, a principal divindade do panteão assírio, homônima da capital original do império.

<sup>19</sup> FAUST, Avraham. *The Neo-Assyrian Empire in the Southwest: Imperial Domination and its Consequences*. Oxford: Oxford University Press, 2021. Pesquisa arqueológica sobre os impactos da dominação assíria no Levante.

<sup>20</sup> Todas as referências bibliográficas neste artigo incluem autor, ano de publicação e, quando necessário, página, conforme normas da revista.

início de seu governo ele reconquistou os territórios perdidos pelo império. Por volta de 701 AEC., o domínio neoassírio no sudoeste estabilizou-se, por encerrar um longo período de conflitos e concluir o empreendimento iniciado em c. 734 AEC., e finalmente instaurar o período conhecido como a “Paz Assíria”.

Os processos subsequentes à anexação do Levante Sul pelo Império Neoassírio impactaram significativamente a organização da região, especialmente em Aram e Eber-Nari<sup>21</sup>, que se tornaram partes integrantes do império até a sua crise em c. 612–609 AEC. Apesar disso, algumas áreas ao norte do Levante permaneceram sob o controle residual do exército e da administração assíria até cerca de 599 AEC. (Faust, 2021, p. 72).

### A Queda do Reino do Norte

Um dos fatores que motivaram a migração para Judá e Jerusalém foi a queda de Israel diante dos neoassírios. Os remanescentes do norte, diante da escassez de recursos em seu território, deslocaram-se para Judá, que apresentava melhores condições de acolhimento. No entanto, a queda de Israel possui antecedentes históricos. O rei Oséias de Israel é atestado em fontes extrabíblicas, como os Anais de Tiglate-Pileser III, encontrados em Calah/Nimrud (c. 733 AEC.), nos quais o monarca neoassírio declara tê-lo colocado no trono de Israel, por torna-lo tributário anual do império.

Na implementação da “grande estratégia” assíria sobre Israel, observa-se inicialmente uma política pacífica entre os reis neoassírios e Oséias de Israel, que posteriormente evoluiu para conflito. Após a morte de Tiglate-Pileser III, por volta de c. 727 AEC., ocorreu um desentendimento entre Oséias e seu sucessor, Salmanaser V, que o depôs em razão da suspeita ou evidência de uma aliança paralela com o faraó Osorkon IV<sup>22</sup>, além da recusa em pagar tributos à Assíria. É provável que Oséias tenha sido deportado para impedir que continuasse com apoio de seus súditos e para evitar que formasse novas alianças com os inimigos do império neoassírio.

---

<sup>21</sup> Eber-Nari significa "Além do Rio" ou "Do outro lado do Rio" em língua acádia, termo utilizado pelo Império Neoassírio (c. 911 – 605 AEC.) para designar suas colônias no Levante.

<sup>22</sup> O faraó Osorkon IV é identificado na Bíblia como "Sô", mencionado em 2 Reis 17,4.

Dessa época até a ascensão de Sargão II, os neoassírios intensificaram o controle sobre Israel, a ponto de manter o território em situação de “Estado de Sítio”. Sargão II foi o responsável pela queda de Samaria (Israel, c. 723 AEC.) e pela realização das deportações em massa para Halah, Habor (o rio de Gozan) e as cidades dos medos. Essas ações encontram paralelo nas “Inscrições de Sargão”, nas quais o monarca registra, no Prisma de Nimrud, a remoção de 27.280 pessoas do distrito de Samaria para a Assíria, como parte de sua campanha para o oeste, em c. 720 AEC.

Alguns poucos textos neoassírios, encontrados em sítios do antigo Israel e ao longo da Via Maris, foram interpretados como evidência de uma contra-deportação realizada pela Assíria para o Levante, possivelmente oriunda da Babilônia, novamente atribuída a Sargão II (Fales, 2018, p. 92–93<sup>23</sup>). Observa-se que, além da migração do norte para Judá e Jerusalém, ocorreu uma contra-deportação de exilados de Israel, anteriormente sob domínio neoassírio, para regiões do sul que ofereciam melhores condições de acolhimento.

### **O que são as Estatuetas Pilares Judaítas (EPJs)?**

As EPJs são estatuetas femininas caracterizadas por uma base rígida moldada à mão, com os antebraços apoiados sobre as mamas. Existem dois tipos principais de cabeça:

1. Cabeça moldada: apresenta o rosto modelado separadamente e posteriormente unido à base por meio de uma espiga de argila. Esses rostos exibem de uma a seis fileiras de cachos horizontais, expressões sorridentes e olhos e sobrancelhas bem delineados.
2. Cabeça comprimida à mão: é formada diretamente junto ao corpo, sem separação ou encaixe (Figura 2).

---

<sup>23</sup> Todas as referências bibliográficas neste artigo incluem autor, ano de publicação e, quando necessário, página, conforme normas da revista.

As variações dentro desse corpus — a consideraro que ambos os tipos pertencem ao mesmo modelo de estatuetas, as EPJs — incluem bases ocas e giratórias, figuras que seguram discos ou crianças, bem como cabeças com elementos adicionais, como capuz, turbante e tranças laterais. Esses elementos suplementares são característicos do primeiro tipo (cabeça moldada) e não do segundo (cabeça comprimida à mão).

As estatuetas são confeccionadas exclusivamente em argila, em vez de metal, pedra ou faiança (Darby<sup>24</sup>, 2019, p. 128<sup>25</sup>). Após a modelagem, eram queimadas, lavadas e pintadas; entretanto, a pintura de cal nelas presente encontra-se geralmente mal preservada. Quando identificáveis, os vestígios de pigmento concentram-se no rosto, na touca e nas listras sobre as mamas, possivelmente a representar um colar ou égide<sup>26</sup> (Darby, 2019, p. 128–129).

Estatuetas Pilar com diferentes características estilísticas — inclusas tranças verticais, objetos segurados, e bases ocas ou em forma de roda — foram produzidas em todo o Levante entre os séculos VIII e VI AEC. As Estatuetas Pilar da Judéia, ou Judaítas, recebem essa denominação devido à sua distribuição ao longo das fronteiras do antigo território de Judá (Darby, 2019, p. 129–130).

---

<sup>24</sup> DARBY, Erin Danielle. Reaction, Reliance, Resistance?: Judean Pillar Figurines in the Neo-Assyrian Levant. In: TYSON, Craig W.; HERMANN, Virginia R. (eds.). *Imperial Peripheries in the Neo-Assyrian Period*. Louisville, CO: University Press of Colorado, 2019. p. 128-149. Oferece leitura arqueológica das EPJs, em diálogo com os achados de Kletter.

<sup>25</sup> Todas as referências bibliográficas neste artigo incluem autor, ano de publicação e, quando necessário, página, conforme normas da revista.

<sup>26</sup> Elemento destinado à proteção, amparo ou que oferece defesa.

**Estatuetas Pilares Judaítas (EPJs) e  
Migração do Reino do Norte para Jerusalém:  
Evidências Arqueológicas e Significados nos Mitos Deuteronomistas**

**Figura 2.** Representação da imagem de duas estatuetas de pilares da Judeia. À esquerda, estatueta com rosto comprimido para formar dois olhos (Foto: Museu de Israel, Jerusalém). À direita, estatueta com cabeça moldada, características faciais definidas e fileiras de cabelo encaracolado (Foto: Museu Metropolitano de Arte). Imagens editadas digitalmente no estilo "lápiz de desenho" por utilizar a plataforma Fotor, por preservar características arqueológicas essenciais para análise crítica. Os originais não podem ser disponibilizados nesta submissão devido a restrições de direitos autorais.



Direitos autorais das fotografias originais disponíveis em:

Israel Museum, Jerusalem. *Female figurine*. Judah. Iron Age II, 8th–6th century BCE. Pottery. H: 9 cm. [Imagem digital]. Foto © The Israel Museum, Jerusalem. Adaptado de: Israel Museum, Jerusalem. Disponível em: <https://www.imj.org.il/en/collections/371989-0>. Acesso em: 24 jan. 2025.

Downey, April Lynn. *Nude female figure*. Israelite. ca. 8th–7th century BCE. 2020. Edição: Fotor (estilo lápis de desenho). [Imagem digital]. Adaptado de: Metropolitan Museum of Art. Disponível em: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/323163>. Acesso em: 24 jan. 2025.

## Debates sobre o significado das EPJ

Para a análise das EPJs, é necessário abordar a deusa Asherah, frequentemente associada de forma equivocada a essas estatuetas. No contexto do Levante, Asherah era uma deusa mãe e da fertilidade de origem semítica ugarítica, descrita como esposa e consorte do deus El e mãe de outros setenta deuses. Evidências sugerem que El e Asherah foram apresentados como casal divino até c. 1200–1000 AEC., período em que essa associação desaparece do registro arqueológico.

Na Idade do Ferro II (c. 1000–586 AEC.), alguns autores sugerem que a emergência do culto de Asherah como consorte do deus Yahweh pode ter sido uma resposta à oposição a Baal. Contudo, certas características originalmente atribuídas a Asherah foram posteriormente associadas à deusa fenícia Astarte, a ponto de refletir transformações sincréticas na religião do Levante.

Por ser descrita constantemente como esposa, consorte e mãe, Asherah não alcançou uma autonomia cultural comparável à observada na relação entre Yahweh e El, ou posteriormente entre Yahweh e Baal. Dessa forma, Asherah, assim como a deusa Anat em Israel, permaneceu associada a um deus principal e não foi cultuada isoladamente (Beyers, 2017, p. 38–39<sup>27</sup>).

Inicialmente, acreditava-se que as EPJs representassem a deusa da fertilidade Asherah, através do paradigma processualista em arqueologia. Esse modelo pressupunha que o escultor produzia a obra com o intuito de representar divindades, a ponto de desconsiderar outras possíveis funções ou significados simbólicos. Exemplos de interpretações similares em contextos arqueológicos anteriores incluem:

1. Arthur Evans, ao estudar os achados de 1903 na Ilha de Creta, considerou as estatuetas da “deusa” minóica das serpentes, datadas do século XVI AEC., como representações divinas.
2. Marija Gimbutas, em 1965, teorizou que a Vênus de Willendorf, descoberta em 1908 na Áustria e datada de c. 28.000–23.000 AEC., representava uma deusa da fertilidade,

---

<sup>27</sup> Todas as referências bibliográficas neste artigo incluem autor, ano de publicação e, quando necessário, página, conforme normas da revista.

ideia amplamente divulgada por Gimbutas em 1974 (Thompson; Schremp, 2020, p. 88<sup>28</sup>).

3. Pesquisadores que estudaram as EPJs a partir de 1886 seguiram a mesma linha, a ponto de acreditar que as estatuetas representavam a deusa Asherah, perspectiva mantida até 1996.

Após o domínio do paradigma processualista, o pensamento pós-processualista promoveu uma revisão crítica, iniciada por Peter Ucko em 1968 e aprofundada na tese de doutorado de Raz Kletter em 1996. Ucko questionou as teorias da “deusa mãe” de Marija Gimbutas, especialmente a interpretação da Vênus de Willendorf como representação de uma divindade da fertilidade, bem como sua associação às estatuetas da “deusa” minóica das serpentes, descobertas por Arthur Evans na Ilha de Creta em 1903 (Knappett, 2020, p. 43<sup>29</sup>). Ele argumentou que inferências especulativas não deveriam presumir que os escultores tivessem necessariamente a intenção de representar divindades, por ressaltar a necessidade de considerar outras possíveis funções simbólicas ou utilitárias das obras.

Raz Kletter, em 1996, apesar do título de sua tese de doutorado, *Arqueologia de Asherah*, argumenta contra a associação das EPJs com a deusa cananéia. Ele propõe que as EPJs podem ter sido estatuetas rituais, instrumentos de magia, estatuetas de iniciação — muitas vezes destruídas durante os rituais — ou mesmo brinquedos. Desde os primeiros achados das EPJs no final do século XIX até a pesquisa de Kletter em 1996, prevaleceu a tendência de vinculá-las à deusa Asherah, a ponto de se apoiar no relato bíblico como se fosse histórico e nas referências dos livros de 1º e 2º Reis<sup>30</sup>, a ponto de associar a produção dessas estatuetas aos séculos X a VI AEC. Atualmente, essa ligação não é mais sustentada: as EPJs são compreendidas como um fenômeno arqueológico a partir do século VIII AEC., de acordo com especialistas em arqueologia de Israel.

Com a pesquisa de Raz Kletter, realizada em 1996, o relato bíblico deixou de ser considerado fonte histórica para a análise das EPJs. A considerar que o território de Judá, no período de produção dessas estatuetas, não possibilitava a implementação da Reforma

<sup>28</sup> Todas as referências bibliográficas neste artigo incluem autor, ano de publicação e, quando necessário, página, conforme normas da revista.

<sup>29</sup> Todas as referências bibliográficas neste artigo incluem autor, ano de publicação e, quando necessário, página, conforme normas da revista.

<sup>30</sup> 1 Reis 14:15, 23; 15:13; 16:33; 18:19; 2 Reis 13:6; 17:10, 16; 18:4; 21:3, 7; 23:7, 14, 15.

Deuteronomista conforme descrita no relato bíblico, suas interpretações como representações da deusa Asherah não podem ser consideradas verídicas. Apesar disso, a obra revolucionária na arqueologia de Israel de Finkelstein e Neil Asher Silberman (2001), *The Unearthed Bible*, que teve duas traduções para o português brasileiro — *E a Bíblia não tinha Razão* (2003) e *A Bíblia Desenterrada* (2013) —, associou Asherah às EPJs mesmo após a tese de doutorado de Kletter, que relativizou essa função. Atualmente, reconhece-se que as EPJs desempenhavam funções de cura e proteção contra males (Steiner<sup>31</sup>, 2019, p. 150<sup>32</sup>), por não possuir relação direta com a deusa Asherah.

### Contextualização das EPJs

As EPJs atraíram considerável atenção no século XX, com a maior parte das pesquisas a se concentrarem na análise descritiva de sua representação visual, símbolos, significados e imagens — ou seja, sua iconografia. Interpretações que associavam as EPJs a deusas, como Asherah, foram inicialmente predominantes, mas essas teorias perderam força com a emergência do pensamento pós-processualista. Somente recentemente, estudiosos têm buscado integrar dados arqueológicos confiáveis para fundamentar a interpretação das EPJs, na ênfase de sua relação com espaços domésticos e práticas religiosas cotidianas.

Apesar da certeza de que as EPJs não representam a deusa Asherah, os dados arqueológicos ainda não esclarecem totalmente quem essas estatuetas retratam, embora forneçam informações precisas sobre sua cronologia. Pesquisas recentes indicam que as EPJs surgiram em Judá do final do século IX até o início do VIII século AEC., a ponto de aumentar em quantidade nos séculos VIII e VII AEC., e coincidir com a migração populacional do recém-destruído Israel para Judá e com a chamada “Paz Assíria” do reinado de Senaqueribe (c. 705–681 AEC.), iniciada por volta de 701 AEC. Dessa forma, a produção das EPJs ocorreu ao longo de aproximadamente 225 anos (c. 811–586 AEC., Idade do Ferro II B–C), embora haja consenso entre os arqueólogos em datá-las a partir do VIII século AEC., na Idade

<sup>31</sup> STEINER, Margreet L. *Inhabiting the Promised Land: exploring the complex relationship between archaeology and ancient Israel as depicted in the Bible*. Oxford; Philadelphia: Oxbow Books, 2019. Estuda a relação entre arqueologia e a memória sobre Israel e Judá.

<sup>32</sup> Todas as referências bibliográficas neste artigo incluem autor, ano de publicação e, quando necessário, página, conforme normas da revista.

do Ferro II C. Dados de sítios arqueológicos indicam que a produção das EPJs cessou na primeira metade do VI século AEC., provavelmente devido à queda de Judá para os neobabilônios (c. 586 AEC.), evento que deixou o território deserto. A reocupação do território só ocorreu a partir de c. 539 AEC., inicialmente com resistência persa à instalação dos nativos recém-retornados do exílio, por se consolidar efetivamente a partir da terceira onda de retornados da Babilônia, liderada por Esdras, em c. 458 AEC. (Darby, 2019, p. 130).

O uso das EPJs ao longo de aproximadamente 225 anos levanta questões sobre os fatores históricos que explicam sua origem, disseminação e continuidade. Alguns estudiosos sugerem que a difusão dessas imagens se deu por meio de redes de comercialização, o que poderia indicar uma apropriação de tradições religiosas estrangeiras — interpretação amplamente presente na literatura acadêmica (Darby, 2019, p. 130). No entanto, não se observa semelhança significativa entre as EPJs e estatuetas contemporâneas produzidas em regiões vizinhas, como a Transjordânia, o norte de Israel, a planície costeira ou a Fenícia, o que reforça sua singularidade (Papanastasopoulou<sup>33</sup>, 2018, p. 110<sup>34</sup>).

A análise iconográfica indica que os territórios do Levante não se limitavam a importar tipos iconográficos de regiões vizinhas; ao contrário, tipos regionais de estatuetas foram amplamente desenvolvidos no final do século VIII AEC., como demonstram achados em Israel, Judá, Filístia, Chipre, Síria, Amon, Moabe, Edom, Egito e Mesopotâmia. Uma análise petrográfica<sup>35</sup> recente evidencia que as EPJs encontradas em Jerusalém parecem ter sido produzidas localmente e raramente comercializadas fora de seus centros de fabricação (Mapa 2). Esses dados sugerem que o comércio não pode ser considerado a única explicação para o surgimento e a disseminação das EPJs nesse período (Darby, 2019, p. 130–131).

---

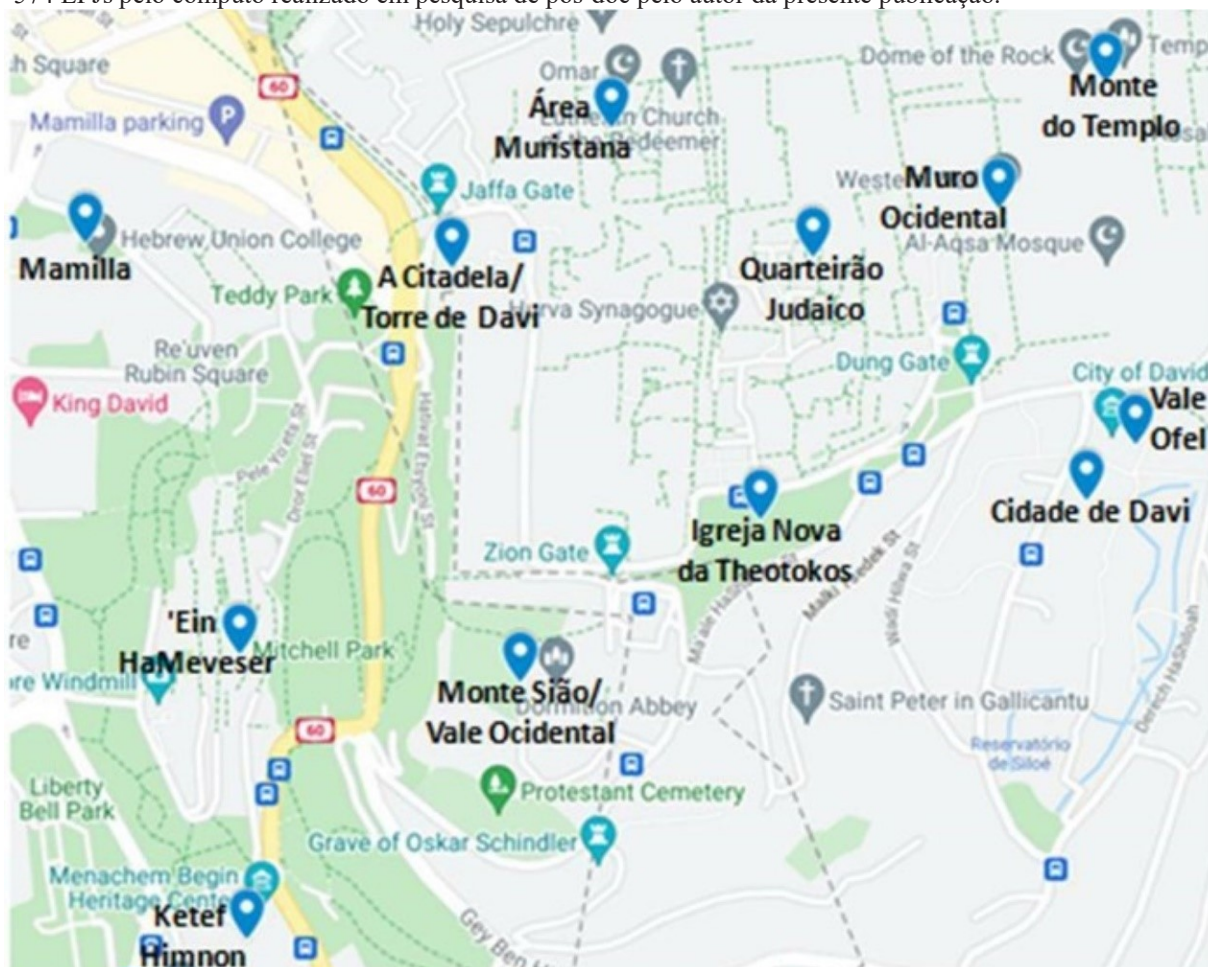
<sup>33</sup> PAPANASTASOPOULOU, Valia. Popular religion in ancient Judah during the 8th and 7th centuries BC: the case of the female pillar figurines. In: KANELLOPOULOS, Chrysanthos; KOPANIAS, Kōnstantinos; VAVURANAKĒS, Giōrgos (eds.). *Popular Religion and Ritual in Prehistoric and Ancient Greece and the Eastern Mediterranean*. Oxford: Archaeopress Archaeology, 2019. p. 105-112. Estudo arqueológico das estatuetas pilares femininas em Judá, na ênfase de seu contexto material e sua função na cultura religiosa popular.

<sup>34</sup> Todas as referências bibliográficas neste artigo incluem autor, ano de publicação e, quando necessário, página, conforme normas da revista.

<sup>35</sup> A análise petrográfica consiste em uma observação de rochas por meio de microscópio petrográfico, em que são realizadas descrições visuais e análises das suas características estruturais, mineralógicas e químicas.

**Sérgio Aguiar Montalvão**

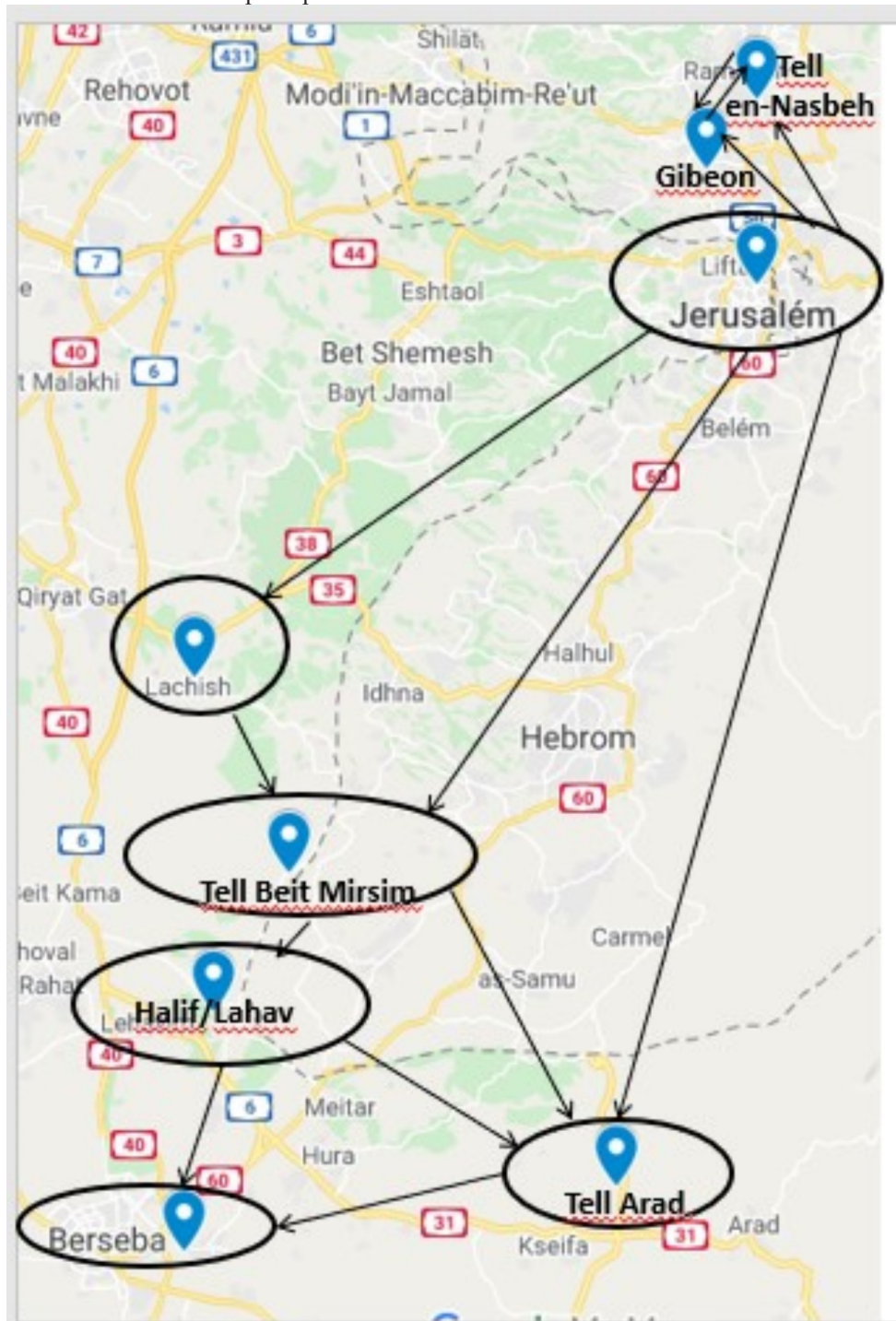
**Mapa 2.** Representação equivalente à localização dos sítios arqueológicos de Jerusalém em que se acharam as 574 EPJs pelo cômputo realizado em pesquisa de pós-doc pelo autor da presente publicação.



**Fonte:** Google Maps. Mapa adaptado conforme os dados de Montalvão (2021). Acessado em: 06 nov. 2019.

**Estatuetas Pilares Judaítas (EPJs) e  
Migração do Reino do Norte para Jerusalém:  
Evidências Arqueológicas e Significados nos Mitos Deuteronomistas**

**Mapa 3.** Mapa sugerido com as relações de distribuição dos grandes centros de produção das EPJs a partir de Jerusalém como núcleo principal.



**Fonte:** Google Maps. Mapa adaptado conforme os dados de Montalvão (2021). Acessado em: 06 nov. 2019.

Por outro lado, a comparação entre a quantidade de EPJs encontradas em Jerusalém e aquelas provenientes de sítios arqueológicos como Tell en-Nasbeh, Gibeon, o sítio da Rota 38 a leste de Beit-Shemesh, Tell Lachish, Beit Misrim, Beersheba e Tell Arad indica a existência de uma rede de distribuição das EPJs, a ter Jerusalém como possível centro de produção (Mapa 3). É plausível que houvesse também trocas comerciais de EPJs entre sítios como Tell en-Nasbeh e Gibeon.

Para compreender a relação entre a tradição das EPJs e seu papel no contexto do Império Neoassírio, é necessário reconhecer que Judá não foi o único local a desenvolver uma tradição de estatuetas entre os séculos XI e VIII AEC., período definido pelos arqueólogos como pré-EPJs. Nesse período, estatuetas são atestadas nos centros do império e em quase todas as suas regiões. Em geral, a produção caracteriza-se por uma ampla variedade de adaptações estilísticas e tecnológicas, por refletir diferentes perspectivas culturais e práticas rituais. A partir de meados do século VIII AEC., os tipos regionais de estatuetas parecem ter se consolidado, possivelmente a indicar uma padronização mais rígida dos ritos estatuários<sup>36</sup> em suas respectivas regiões (Darby, 2019, p. 131-132).

Embora a iconografia das estatuetas varie entre as regiões, os novos tipos, baseados em tradições de épocas anteriores, revelam características regionais marcantes, em vez de uma homogeneidade iconográfica internacional. Em Judá, o estilo das EPJs reflete conexões com tradições levantinas anteriores, como as estatuetas femininas nuas da Idade do Bronze Tardia (c. 1530–1133 AEC.), os apliques femininos da Idade do Ferro II (c. 1000–586 AEC.) encontrados em estandes de culto, e as representações femininas em arte monumental. Ao mesmo tempo, as EPJs introduzem uma adaptação doméstica de imagens previamente restritas a espaços “oficiais”, como palácios e templos, exemplificados pelas imagens femininas em estandes e caixas de culto de períodos anteriores (século VIII AEC.). Assim, observa-se uma continuidade e transformação da iconografia da Idade do Ferro II, com o imaginário das EPJs a refletir tipos regionais distintivos e um uso crescente de representações fora do espaço “oficial” (Darby, 2019, p. 132).

---

<sup>36</sup> Ritos associados às estatuetas referem-se a práticas religiosas ou mágicas que envolvem o uso dessas figuras como objetos de culto, proteção ou cura. Esses ritos podem incluir oferendas, invocações, preces ou outros atos realizados em conjunto com as estatuetas, que desempenhavam um papel simbólico no contexto de crenças espirituais ou rituais de proteção contra males, doenças ou infortúnios.

As EPJs predominam em contextos domésticos, especialmente em Jerusalém, capital de Judá, por serem encontradas em ruas extramuros e, ocasionalmente, em túmulos ao redor da cidade. Estão praticamente ausentes em edifícios públicos ou em santuários, considerados espaços “oficiais”. Alguns autores sugerem que, por estarem em ambientes domésticos, as EPJs poderiam ter sido utilizadas em ritos relacionados à fertilidade ou à lactação; contudo, há poucos dados concretos que sustentem essa interpretação. Por outro lado, ritos domésticos voltados à cura, ao exorcismo e a práticas apotropaicas<sup>37</sup> eram comuns, por indicar que essa pode ter sido a função principal das EPJs (Darby, 2019, p. 135).

É importante destacar que, nessa época, Judá não era o único produtor de estatuetas; todos os seus vizinhos também fabricavam estatuetas femininas de barro simultaneamente. Uma teoria amplamente aceita propõe que as EPJs fazem parte de uma reafirmação regional levantina das tradições de estatuetas femininas, historicamente associadas à proteção e à cura. A relação entre as EPJs e o estilo regional não se baseia apenas na iconografia, já que estatuetas pilares femininas são encontradas em diversas regiões do Levante. O que torna as EPJs exclusivas do Reino do Sul é sua descrição estilística distinta, marcada por simplicidade de estilo e ornamentação (Papanastasopoulou, 2018, p. 110). Elementos como o arranjo do cabelo ou peruca, a largura do rosto, os gestos dominantes e o formato do pilar rígido indicam sua conexão com a identidade regional, a ponto de diferenciar Judá de outras regiões menores que também produziram estatuetas femininas com características próprias.

Isso não significa que Judá esteve isolada do contato neoassírio antes de seu colapso no início do século VI AEC. Ao contrário, as evidências apontam para uma interação significativa entre Judá e o Império Neoassírio, da qual o reino cliente se beneficiou. Ademais, as trocas transculturais com vizinhos do Levante não podem ser separadas da expansão assíria. O império facilitou o desenvolvimento de políticas relacionadas à chamada “Paz Assíria”, que envolviam cooperação e oposição ao poder neoassírio (Darby, 2019, p. 137). Nesse contexto, Judá possuía relativa liberdade para a produção das EPJs.

---

<sup>37</sup> O conjunto de ritos, símbolos, deuses e mitos que têm a finalidade de afastar a desgraça, a doença ou qualquer outro tipo de malefício é conhecido como **apotropaico**. Esses rituais e crenças visam proteger indivíduos ou comunidades de forças negativas ou perigosas, a usar diversos elementos simbólicos como talismãs, amuletos ou práticas religiosas específicas para garantir segurança e bem-estar.

### **A Migração do Povo do Reino do Norte para o Reino do Sul e a produção das EPJs na Cidade de Davi em Jerusalém**

O sítio arqueológico denominado "Cidade de Davi", situado no sub-bairro de Wadi Hilwa, no bairro de Silwan, a leste de Jerusalém, consiste em uma aldeia árabe-palestina entrelaçada com um assentamento israelense. A infraestrutura mais antiga do local remonta à Idade do Bronze Média (c. 1900–1530 AEC.), enquanto as estruturas mais recentes datam da Idade do Ferro (c. 1133–586 AEC.) e foram construídas por autoridades judaítas. Embora a existência histórica do rei Davi não possa ser confirmada, o nome "Cidade de Davi" é tradicionalmente utilizado para identificar o sítio arqueológico.

Das 822 EPJs identificadas em Judá na pesquisa de doutorado de Raz Kletter (1996), 405 foram localizadas em Jerusalém, com destaque para a Cidade de Davi. Essas estatuetas foram recuperadas em escavações conduzidas por Kathleen Kenyon (1974), Yigal Shiloh (1984), Eliat e Benjamin Mazar (1989), bem como na Cidade Alta, nas escavações de Nahman Avigad (1970), entre outras. Aproximadamente 38% das EPJs (322 exemplares, segundo Kletter, 1996<sup>38</sup>) foram encontradas na Cidade de Davi, todas datadas a partir do século VIII AEC., a ponto de tornar este sítio arqueológico fundamental para a compreensão da produção, distribuição e consumo dessas estatuetas.

A produção das EPJs ocorreu no contexto histórico posterior à queda do Reino do Norte pelos neoassírios. Estima-se que parte da população do norte migrou para Judá, sobretudo para Jerusalém e a Cidade de Davi, já que, após destruições como a de Israel, os deslocamentos populacionais tendem a se concentrar em centros de atividade econômica e social. Supõe-se que a fabricação das EPJs tenha sido realizada por esses migrantes. Ressalta-se que as funções das EPJs, relacionadas à cura e à proteção contra males, estavam intimamente conectadas às crenças israelitas e judaítas vigentes na época.

A produção de estatuetas nas regiões do Levante pode ser compreendida no contexto de uma época em que grandes potências imperiais, como os neoassírios, exerciam domínio praticamente incontestável. Nesse período, desenvolveu-se um discurso regional centrado nas interações culturais entre vizinhos próximos. Esse contexto de intensas trocas culturais pode

---

<sup>38</sup> Todas as referências bibliográficas neste artigo incluem autor, ano de publicação e, quando necessário, página, conforme normas da revista.

ter propiciado a origem das EPJs, possivelmente relacionadas a outras tradições artesanais da Fenícia ou do norte de Israel (Darby, 2019, p. 137).

No entanto, uma forte conexão com o povo de Israel é sugerida pela elevada quantidade de EPJs encontradas em Jerusalém, especialmente na Cidade de Davi. Esse aumento na produção pode estar associado à migração de israelitas para Judá, particularmente para Jerusalém e a Cidade de Davi. Historicamente, é comum que, após destruições como a de Israel pelos neoassírios, as populações deslocadas se dirijam a centros urbanos, o que possivelmente contribuiu para a maior produção das EPJs nessa região.

O estilo singular das EPJs pode ter se cristalizado como um marcador de identidade, por se consolidar ao longo do tempo e distinguir Judá das tradições vizinhas. A produção dessas estatuetas na Cidade de Davi, relacionada à chegada dos nortistas em Judá por volta de 723 AEC., pode ter contribuído para o surgimento do deuteronomismo, um movimento que se desenvolveu tardiamente, entre aproximadamente 137 e 390 anos após esse evento, como será detalhado adiante.

### **A inexistência do rei Josias e dos eventos de 2º Reis 22 – 23 correspondentes à Reforma Deuteronomista**

A evidência extrabíblica sobre os reis de Israel indica registros para os períodos de aproximadamente 885–814 AEC, 798–782 AEC e 752–723 AEC., enquanto em Judá os registros extrabíblicos se restringem aos anos c. 848–841 AEC, 740–643 AEC e 598–597 AEC. Os demais reis mencionados na Bíblia devem ser considerados personagens literários até que se disponha de evidências contrárias. Entre eles, destaca-se Josias, associado à Reforma Deuteronomista, que é frequentemente interpretado como uma figura simbólica e não como um reformador histórico.

Na Idade do Ferro (c. 1133–586 AEC), os registros eram geralmente feitos em materiais duráveis, como pedra ou placas de metal, que poderiam ser preservados ao longo do tempo. O papiro, utilizado principalmente no Egito, só se difundiu mais amplamente a partir do Período Persa (século IV AEC), e o pergaminho passou a ser utilizado apenas no século II AEC. O registro mais antigo da Bíblia Hebraica ou Antigo Testamento consiste nos Rolos de

Prata de Ketef Hinnom (c. 650–587 AEC.), que contém a Bênção Sacerdotal descrita em Levítico 6:23-27. A considerar que os documentos oficiais dessa época eram majoritariamente gravados em pedra e que não há referências a Josias em estelas contemporâneas, é improvável que os eventos da Reforma Deuteronomista tenham ocorrido conforme narrados no relato bíblico. Assim, a reforma e próprio o rei Josias devem ser interpretados como construções literárias, ausentes de registro extrabíblico.

### **O Mito Fundante da Reforma Deuteronomista**

A migração dos nortistas para Judá e Jerusalém gerou uma narrativa que apresentava Judá como o reino principal, por acolher o povo de Israel, seu antigo reino suserano. Com base nesse evento, surgem, tardiamente, duas fontes significativas na composição da Bíblia Hebraica:

1. A fonte deuteronomista – considerada a primeira e mais antiga segundo a teoria das fontes da Hipótese Suplementar de Van Seters (1999), uma revisão da Hipótese Documental de Julius Wellhausen (1878). Essa fonte foi composta durante e após o exílio (c. 586–333 AEC.) e apresenta uma visão literária que legitima Judá como sucessor de Israel.
2. A fonte cronista – desenvolvida entre c. 350–300 AEC., distinta da deuteronomista, enfatiza Judá como o único reino legítimo, por destacar a reconstrução do chamado “Segundo Templo” (que, historicamente, corresponde ao primeiro templo reconstruído). Essa fonte concentra-se exclusivamente na história e na centralidade do reino de Judá.

No entanto, ambas as fontes, a deuteronomista e a cronista, se concentram em Josias, um rei que não é atestado em registros extrabíblicos. Por essa razão, ele é considerado uma figura literária, existente apenas nos textos bíblicos.

A menção à “Casa de Davi” ou “Dinastia de Davi” na Estela de Tel Dã (c. 840 AEC.) não comprova diretamente a existência histórica do rei Davi. Trata-se, muito provavelmente, de uma construção literária ou política dos governantes de Judá daquele período. Assim como ocorria em outras sociedades da Antiguidade, dinastias importantes frequentemente criavam

mitos e personagens epônimos para legitimar sua autoridade e afirmar a ancestralidade da família perante seus súditos.

Com a queda de Israel, houve uma migração significativa para Judá, por se concentrar especialmente em Jerusalém e na Cidade de Davi, padrão recorrente após a destruição de um território. Esse deslocamento populacional se reflete na produção de EPJs em Jerusalém, estatuetas que provavelmente atendiam às necessidades culturais e simbólicas dos imigrantes nortistas. Há indícios de que essas estatuetas foram comercializadas na cidade, possivelmente como forma de representar a união e integração entre os povos de Israel e Judá.

Novas descobertas de EPJs em Jerusalém têm potencial para fornecer mais informações sobre esse fenômeno e sobre a interação entre os grupos de imigrantes e os habitantes locais.

Porém, não há registros contemporâneos em fontes extrabíblicas que confirmem a ocorrência da Reforma Deuteronomista (hipótese datada de c. 622 AEC., apresentada no relato bíblico como fato, o que não é historicamente sustentável). A Reforma Deuteronomista, associada à produção das EPJs (c. 723–586 AEC.), não ocorreu conforme narrado na Bíblia, e também não há evidências da existência do rei Josias como descrito. A fonte deuteronomista apresenta um ideal fundamentado no evento da migração de Israel para Judá. Essa fonte foi composta durante e após o exílio (c. 586–333 AEC.) e inclui mitos e lendas sobre personagens, como o rei Josias e o rei Davi, que não existiam na forma retratada, a ponto de servir na legitimação da ideia de um reino único sob uma única dinastia.

Nos registros históricos, Judá foi vassalo de Israel até a queda deste último em c. 723 AEC., por ser um reino de pouca expressão, conforme indicado pela Estela de Tel Dã (c. 840 AEC.). Judá é mencionado apenas em fontes internacionais, como o Tablete de Nimrud K-3751 (c. 733 AEC.), o que sugere que, entre c. 840 e 733 AEC., Judá estava subordinado a Israel e só passou a se destacar após c. 733 AEC., quando o Reino do Sul começou a se desenvolver e obteve reconhecimento da Assíria. Israel, cujo registro mais antigo como reino é encontrado no Monólito de Kurkh (c. 879–853 AEC.), possuía maior poder político e militar que Judá. As lendas e mitos sobre a dinastia de Davi são criações tardias dos deuteronomistas (c. 586–333 AEC.), inspiradas na migração da população do norte para Judá, Jerusalém e a Cidade de Davi em c. 723 AEC., formuladas entre 137 e 390 anos após os acontecimentos.

Posteriormente, entre c. 350–300 AEC., surgiu a fonte cronista, que buscou legitimar Judá como único e exclusivo reino, a ponto de ignorar Israel e concorrer com a fonte deuteronomista. Essa tentativa de legitimação está registrada na Bíblia, nos livros de 1º e 2º Crônicas, Esdras e Neemias.

A fonte deuteronomista (c. 586–333 AEC.) resulta de uma memória tardia da relação entre Israel e Judá, construída a partir da queda do Reino do Norte pelas forças neoassírias, que provocou migrações em direção ao sul e consolidou o domínio de Judá sobre parte do povo israelita. Para sustentar seu discurso, os deuteronomistas criaram mitos e lendas que não correspondem aos fatos históricos desse período. Entre essas construções estão a chamada Reforma Deuteronomista, que seria impossível de realizar naquela época, a figura do rei Josias, não atestada em fontes extrabíblicas, e a idealização de uma dinastia ligada ao personagem Davi. Este, concebido como ancestral epônimo, teve seus mitos e lendas formulados durante e após o exílio. O registro mais antigo relacionado à prática de legitimação da família dominante em Judá aparece na Estela de Tel Dã (c. 840 AEC.), que menciona a “Casa de Davi”. No entanto, não é possível afirmar se Davi foi um rei histórico ou apenas uma figura epônima. O termo indica que a família dominante se autodenominava descendente ou apadrinhada por Davi, a ponto de servir como um recurso de legitimação, mas não confirma a existência factual de um governante com esse nome.

Em síntese, a relação entre Israel e Judá se evidencia na circulação das EPJs no Sul, sobretudo em Jerusalém e na Cidade de Davi, local em que imigrantes do norte demonstraram interesse por essas estatuetas. Por outro lado, a chamada Reforma Deuteronomista, assim como o mito de uma dinastia ancestral que teria reinado continuamente em Jerusalém, surgiram tardiamente como construções literárias inspiradas na migração dos nortistas para Judá. Essas narrativas não possuem confirmação histórica ou arqueológica.

### **Considerações Finais**

No contexto da queda de Israel e da migração de sua população para Jerusalém, as EPJs atuaram como símbolos materiais relevantes. Essas estatuetas refletem um período em que os nortistas estavam a se integrar ao reino de Judá após a destruição de Israel pelos neoassírios (c. 723 AEC.). A elevada concentração de EPJs na Cidade de Davi indica que os

imigrantes do norte se estabeleceram em Jerusalém e tiveram preferência por essas estatuetas, a ponto de evidenciar a circulação cultural e a relevância social das EPJs no processo de integração e no cotidiano desses grupos.

Contudo, os deuteronomistas, ao compor suas narrativas entre aproximadamente 137 e 390 anos após os eventos, criaram um mito fundante centrado no rei Josias — figura não atestada em fontes extrabíblicas — e em sua suposta Reforma Deuteronomista, datada por hipótese em c. 622 AEC., cuja realização seria historicamente impossível no contexto da época. O objetivo dessa construção literária era legitimar Judá como sucessor do Reino do Norte e consolidar sua posição sobre Israel. Posteriormente, a fonte cronista (c. 350–300 AEC.), refletida nos livros de 1º e 2º Crônicas, Esdras e Neemias, procurou apagar Israel da narrativa judaica pós-exílica; porém, o conteúdo da fonte deuteronomista permaneceu mais predominante, a ponto de preservar o mito fundante e a ideia de legitimidade de Judá.

Ao legitimar-se por meio de mitos, a fonte deuteronomista não faz qualquer menção às EPJs. Por outro lado, a arqueologia fornece evidências materiais dessas estatuetas, que muitas vezes contradizem os relatos escritos, incompatíveis com o contexto histórico. Esses relatos literários foram moldados por narrativas legitimadoras e por historiadores que não verificavam a veracidade dos fatos, a ponto de permitir a criação de histórias inverídicas, possivelmente para agradar ou alinhar-se aos interesses do poder dominante que financiava a produção de tais registros históricos.

Com base nos achados das EPJs e na interpretação pós-processualista atual da arqueologia, é possível ilustrar a relação entre os imigrantes de Israel e os nativos de Judá por meio da produção e distribuição dessas estatuetas. As EPJs teriam sido produzidas pelos judaítas e vendidas aos recém-chegados nortistas, por evidenciar interações diretas entre os grupos, em contraste com a fonte deuteronomista, que foi composta tardiamente, entre aproximadamente 137 e 390 anos após a queda de Israel. O fato de a fonte não ter sido escrita simultaneamente aos eventos — a destruição de Israel pelos neoassírios e a produção das EPJs em Jerusalém — reduz seu valor como registro factual, uma vez que cria uma narrativa idealizada, sem refletir os acontecimentos reais. Assim, os dados arqueológicos se apresentam como evidências mais fiéis à realidade histórica do que os relatos tardios utilizados na construção da narrativa bíblica discutida neste artigo.

## Referências bibliográficas

Beyers, Jaco. *Understanding the other : an introduction to Christian and Jewish relations*. Pretoria, South Africa: African Sun Media, 2017.

Darby, Erin Danielle. Reaction, Reliance, Resistance?: Judean Pillar Figurines in the Neo-Assyrian Levant. In: Tyson, Craig W.; Hermann, Virginia R. (eds). *Imperial Peripheries in the Neo-Assyrian Period*. Louisville, Colorado: University Press of Colorado, p. 128-49, 2019.

Downey, April Lynn. *Nude female figure. Israelite. ca. 8th–7th century BCE*. 2020. Edição: Fotor (estilo lápis de desenho). [Imagem digital]. Adaptado de: Metropolitan Museum of Art. Disponível em: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/323163>. Acesso em: 24 jan. 2025.

Fales, Frederick Mario. Why Israel? Reflections on Shalmaneser V's and Sargon II's Grand Strategy for the Levant. In: Hasegawa, Shuichi; Levin, Christoph; Radner, Karen (Eds.). *The last days of the Kingdom of Israel*. Berlin, Germany; Boston, Massachusetts: Zeitschrift für die alttestamentliche Wissenschaft / Beihefte, Gruyter GmbH, p. 87-99, 2018.

Faust, Avraham. *The Neo-Assyrian Empire in the Southwest: Imperial Domination and its Consequences*. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 2021.

Israel Museum, Jerusalem. *Female figurine. Judah. Iron Age II, 8th–6th century BCE*. Pottery. H: 9 cm. Edição: Fotor (estilo lápis de desenho). [Imagem digital]. Foto © The Israel Museum, Jerusalem. Adaptado de: Israel Museum, Jerusalem. Disponível em: <https://www.imj.org.il/en/collections/371989-0>. Acesso em: 24 jan. 2025.

Kletter, Raz. The Judean Pillar Figurines and The Archaeology of Asherah. British Archaeological Reports International Series 636. Oxford: Tempus Reparatum, 1996.

Knappett, Carl. *Aegean Bronze Age Art: Meaning in the Making*. Cambridge, United Kingdom; New York, NY: Cambridge University Press, 2020.

Kratz, Reinhard Gregor. Prophetic discourse on "Israel". In: Farber, Zev I., Wright, Jacob L. (eds.). *Archaeology and history of eighth-century Judah*. Atlanta, Georgia: Society of Biblical Literature Press, p. 503-515, 2018.

Montalvão, Sérgio Aguiar. *Uma Atualização do Mapeamento dos Achados de Estatuetas Pilares da Região de Judá nos Sítios Arqueológicos de Israel*. Relatório Final de Projeto de Pesquisa de Pós-Doutorado Universidade de São Paulo - Museu de Arqueologia e Etnologia. Setembro de 2021.

Papanastasopoulo, Valia. Popular religion in ancient Judah during the 8th and 7th centuries BC: the case of the female pillar figurines. In: Kanellopoulos, Chrysanthos ; Kopanias, Kōnstantinos; Vavuranakēs, Giōrgos (Eds.). *Popular religion and ritual in prehistoric and ancient Greece and the eastern Mediterranean*. Oxford, United Kingdom: Archaeopress Archaeology, p. 105-112, 2019.

Steiner, Margreet L. *Inhabiting the Promised Land: exploring the complex relationship between archaeology and ancient Israel as depicted in the Bible*. Osford, United Kingdom; Philadeplhia, Pennsylvania: Oxbow Books, 2019.

Thompson, Tok; Chremp, Gregory. *The Truth of Myth: World Mythology in Theory and Everyday Life*. New York, NY: Oxford University Press, 2020.